

LGBTQI+ nos Estudos Brasileiros da Comunicação e do Jornalismo: Um mapeamento das produções acerca do tema¹

Francisco Rafael Mesquita JERONIMO²
Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de produzir, com base em um rastreamento das Teses e Dissertações produzidas no Brasil disponibilizadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, um mapeamento das pesquisas acadêmicas sobre a população LGBTQI+ nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação brasileiros. Com período de análise datado de 1997 a 2018, pretende-se realizar um panorama das pesquisas e perceber se análises sobre as identidades de gênero e sexualidades são uma preocupação contemporânea do campo da Comunicação e do Jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Campo da comunicação; Pesquisa em comunicação; Epistemologia; Sexualidade; LGBTQI+.

1. Do homossexualismo ao LGBTQI+

Antes de falar sobre as pessoas LGBTQI+ (lésbicas; gays; bissexuais; transexuais, travestis e transgêneros; queer; intersexuais; e demais orientações sexuais e identidades e expressões de gênero) como pauta dos estudos da comunicação e do jornalismo, é preciso entender sobre o que se está discorrendo.

De início, é importante registrar que as lutas por direitos das pessoas enquadradas em “formas variantes da heterossexualidade” (BUTLER, 2017) levaram, sobretudo nos últimos 50 anos, desde os levantes de Stonewall³, à construção de diversas categorias identitárias. A nomeação de sujeitos dentro de uma série de expressões e palavras que afirmavam as orientações sexuais e identidades e expressões de gênero foi antes de mais

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC). Jornalista especializado na cobertura LGBTQI+. E-mail: rafaelmesquita.rm@gmail.com.

³ Em 1969, um episódio de violência brutal de policiais contra gays e pessoas trans no bar Stonewall, em Nova York, dá origem a uma série de revoltas que são classificadas como o estopim do movimento de liberação gay (REIS, 2018).

nada uma necessidade para o enfrentamento do preconceito e da subjugação desses grupos.

Tal recurso foi uma resposta ao processo de produção de uma série de discursos sociais sobre a sexualidade. Conforme Foucault (1988), diversas entidades discursivas, como a Medicina, a Pedagogia, o Direito e as Religiões, passaram a impor prescrições relacionadas ao gênero e ao sexo, que se tornam alvo de avaliações de ordem moral, de criminalização e de patologização, por exemplo.

Nasce desta diferenciação, notadamente nas populações ocidentais, a noção de uma “sexualidade sadia”, fundada em práticas normatizadas e de controle. Nesse contexto, entendidas a partir da ordem do “desvio”, as pessoas que não atendiam aos padrões heterossexuais foram classificadas como praticantes do “homossexualismo”, sendo o sufixo de origem grega “ismo” usado para indicar condição patológica, doença.

Tal classificação, segundo Carlos Alberto Carvalho (2012) foi, ao longo da história recente, acompanhada de discursos que propunham a “cura do homossexualismo”, criação de leis que proibissem e punissem a homossexualidade e profusão de falas religiosas, sobretudo na fé cristã, objetivando a moralização do sexo.

Todas essas pressões e violências serão, em alguma medida, os catalizadores de processos de resistência e afirmação política dos grupos marginalizados. Horrorizados com o holocausto nazista, que também assassinou em massa homossexuais, vítimas de espancamentos, estupros e assassinatos, e motivados pelos movimentos feministas e contraculturais que se espalharam a partir da década de 1960, homens e mulheres homossexuais iniciam uma reação (CARVALHO, 2012).

Deste ambiente nascem novas designações para aqueles e aquelas que quebram os padrões associados ao sexo e ao gênero. O substitutivo “homossexual”, assim, passa a ser entendido, neste contexto, como a forma correta de classificar a orientação sexual destes indivíduos.

Constroem-se categorias diversas para afirmar as várias nuances destas minorias em direitos, como “gay”, termo usado para o homossexual masculino. O uso da palavra, que no inglês significa “alegre, jovial”, é uma apropriação do que antes era ofensa para este agrupamento social. Já “lésbica” fixa-se como termo representativo da mulher homossexual. A palavra vem do latim “lesbius” e referia-se aos habitantes da ilha de Lesbos, na Grécia, onde viveu a poetisa Safo (séculos VI e VII a.C.), muito admirada por seus poemas sobre amor e dirigidos às mulheres (REIS, 2018).

Outros títulos foram criados para dar a dimensão de diferentes orientações sexuais, como “bissexual”, que seria a capacidade de relação afetivo-sexual por dois ou mais gêneros; “travesti”, uma construção de gênero feminino, oposta ao sexo biológico, que adquiriu um teor político de ressignificação de termo historicamente tido como pejorativo; “transexual”, que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento e que podem ser homens ou mulheres, que procuram se adequar à identidade de gênero, recorrendo a processos cirúrgicos/hormonais ou não; e “intersexual”, que descreve pessoas que nascem com anatomia reprodutiva ou sexual e/ou um padrão de cromossomos que não podem ser classificados como sendo tipicamente masculinos ou femininos (REIS, 2018).

Há, por fim, o termo “queer”, que tem triplo significado na ordem da identidade, designando “uma nova marca identitária”, rompendo com as definições dominantes de masculinidade, feminilidade e sexualidade; um sinônimo para as identidades LGBTQI+ e também usado para assinalar aqueles que vivem uma fluidez de gênero e desejo sexual; ou ainda para marcar todos os que são alheios ou desarmônicos às identificações fixadas no universo heterossexual ou homossexual (GONÇALVES, 2018).

No caso brasileiro, é necessário explicar que, por força dos debates no campo das políticas públicas e pelo fortalecimento do ativismo, o acrograma passou de GLBT para LGBT, posicionando as lésbicas no início da sigla, com o objetivo de não só valorizar as mulheres no contexto da diversidade sexual e no combate ao preconceito, como para aproximar o termo local ao que era predominante em outras culturas.

A sigla LGBT – e suas variações – de caráter principalmente político, diferencia-se de outras designações, de cunho meramente mercadológico, como GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes, que caíram em desuso. Atualmente, o “S”, de “simpatizantes”, vem sendo sepultado em nome do conceito de “aliado”, ou seja, “pessoas que, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, tomam ação para promover os direitos e a inclusão” (REIS, 2018, p. 19).

Contemporaneamente, é preciso destacar ainda que *queer* pode referenciar um movimento teórico e político, chamado de Estudos *Queer*, que evidenciam como funcionaram historicamente dispositivos discursivos que calaram, produziram vergonha e medo entre os gays, as lésbicas, as bissexuais, as travestis, as transexuais e as intersexuais, mas, ao mesmo tempo, propõem justamente que se interrompa a

reprodução destes códigos através da incorporação política do “outro-abjeto”, como explica Berenice Bento (2014).

Diante de tudo isso e por reconhecer que as denominações identitárias da população LGBTQI+ estão em constante construção, o movimento social do grupo adicionou o símbolo “+” à sigla para abranger outras orientações sexuais e identidades e expressões de gênero (REIS, 2018).

Toda esta elucidação é importante para que se possa compreender quem são os sujeitos políticos LGBTQI+, que este artigo pretende situar dentro da pesquisa em comunicação, especialmente nos estudos sobre o jornalismo. Identificações que são não só “fontes de existência”, mas suportes que indicam desigualdades, vulnerabilidades e opressões de segmentos populacionais (GONÇALVES, 2018).

2. A chegada do LGBTQI+ aos estudos em comunicação e jornalismo

As fissuras dos padrões heteronormativos de representação social nos meios de comunicação brasileiros são mais presentes a partir da década de 1990 (LAZARIN; RODRIGUES, 2014), dentro de um processo de visibilização ligado ao aumento do protagonismo do movimento social LGBTQI+ no Brasil, que em 2018 completou 40 anos de organização⁴.

Tal movimentação permitiu, nas últimas décadas, que estas pautas ganhassem mais destaque na sociedade, em diversos setores, como o cultural, o político e o econômico. Não à toa, fala-se que esse período é também marcado pela explosão de um mercado de consumo, chamado por alguns de *pink money*⁵.

Sendo assim, os jornais impressos e a televisão, por exemplo, tradicionalmente constituídos como espaços de visibilidade e de mediação social, são demandados por estes sujeitos que buscam a “construção de novas discursividades sobre sexo, gênero, sexualidade, homossexualidades e identidades sexuais” (CARVALHO, 2012, p. 117-118).

Diante deste cenário e considerando que não se pode perder de vista as desigualdades, preconceitos e violências sofridos por esta comunidade, os estudos em comunicação começam a preocupar-se com as relações e a formação de valores

⁴ Em terras brasileiras, o movimento que se chamava homossexual no início, em 1978, dá início ao ativismo LGBTQI+ no país. Esta efeméride é marcada pela criação do primeiro grupo de mobilização por direitos, o "Somos - Grupo de Afirmação Homossexual" (TREVISAN, 2018).

⁵ O *pink money* faz referência ao poder de compra movimentado por homossexuais ao redor do planeta, que também impulsionou a visibilidade destes sujeitos (TREVISAN, 2018).

presentes nas tramas simbólicas construídas nos meios de comunicação sobre a população LGBTQI+.

Tal esforço, como explica João Carlos Correia (2009), parte da necessidade de conhecer as maneiras de “codificação” dos grupos minoritários nos *media*, assim como investigar se essa “aparição” permite a “inclusão” ou “exclusão” do segmento social.

Porém, Gonçalves (2018) esclarece que, no campo da comunicação, embora as análises passem a existir ainda na década 1990, é somente nos últimos 10 anos que as pesquisas deste setor se debruçam com maior intensidade sobre a diversidade sexual.

Conjuntura confirmada por Lazarin e Rodrigues (2014), em levantamento dos estudos das homossexualidades, de 1992 a 2008, nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. A conclusão é que até existe uma diversidade de temáticas e métodos, mas “distante da consolidação de perspectiva teórico-metodológica, ou tradição de abordagem em linhas de pesquisa” (p. 219-220).

Uma das explicações para o lento processo de desenvolvimento desta via de análise, no contexto brasileiro, está na dificuldade dos estudos de gênero de adquirir centralidade no âmbito acadêmico, o que resulta na falta de diálogo com as pesquisas do setor comunicacional. A pequena recorrência dos estudos de gênero e sexualidade sugere “questionamentos sobre o que vem sendo discutido no campo da Comunicação Social” (LAZARIN; RODRIGUES, 2014, p. 210).

Mas a mudança de paradigma, que leva atualmente a um crescimento da análise da temática LGBTQI+ nos *media*, pode ser explicada pelo fortalecimento do debate nas universidades e no campo político dos Estudos *Queer*. Entre as expressões desta teoria crítico-política está a filósofa Judith Butler (2017), que convida a sociedade a desmontar o pensamento dominante heterossexual, que necessariamente passa pela revisão das compreensões históricas e sociais construídas em torno do sexo, do gênero e da identidade.

A estudiosa chama de “heterossexualidade compulsória” a noção construída a partir do século XVIII de que as diferenças anatômicas eram determinantes para o acesso à vida política, econômica, cultural e para a definição de papéis sociais. Butler questiona os padrões da heterossexualidade compulsória e da chamada “violenta heteronormatividade”.

Enquanto recurso de investigação, que questiona os padrões atribuídos ao dispositivo sexualidade, a Teoria *Queer* bebe nas “águas foucaultianas” e reconhece o

caráter performativo das identidades. Assim, estes estudos passam a influenciar sobremaneira os trabalhos atuais sobre LGBTQI+ na narrativa comunicacional.

3. Um mapeamento dos estudos LGBTQI+ na pesquisa em comunicação

Em um mapeamento das Teses e Dissertações produzidas no Brasil e disponibilizadas no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, construímos uma paisagem de como as orientações sexuais e identidades e expressões de gênero não normativas têm sido utilizadas como objeto de análise das pesquisas produzidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação brasileiros.

Este levantamento utilizou como fonte de obtenção de dados a ferramenta de busca do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, disponibilizado no portal do órgão governamental. Pesquisando os verbetes “LGBT”, “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti”, “transexual”, “intersexual”, “homossexual” e “queer”, foram encontrados 132 registros. Deste total, 10 foram descartados, por não fazerem referência às categorias analisadas, mas sim a autores como Gay Talese, que acabaram levando à vinculação pelo buscador do site. Assim, 122 Teses e Dissertações que abordam diretamente ou tangenciam a temática LGBTQI+ formam o escopo do presente trabalho.

Do universo encontrado, 17 pesquisas foram de Doutorado e 105 de Mestrado. O marco cronológico do levantamento é de 1997 a 2018, justificado pela disposição de dados no portal virtual utilizado para a pesquisa, sendo que, para as análises de 1997 a 2012, conta-se apenas com a ficha bibliográfica do material. Para os estudos realizados de 2013 a 2018, há todas as informações completas, como título, autor, instituição, resumo, palavras-chave e anexos com o conteúdo das Dissertações e Teses. A justificativa da CAPES é de que as pesquisas de 1997 a 2012 foram incluídas antes da instalação da base de dados da “Plataforma Sucupira”, que é o recurso tecnológico do ambiente virtual.

Sendo assim, esse mapeamento será dividido em duas partes. A primeira voltada para os 38 trabalhos produzidos até 2012 e a segunda para os demais 84 materiais elaborados de 2013 a 2018.

Como procedimento metodológico recorreu-se inicialmente a uma pré-análise, com a separação e arquivo de todos os registros encontrados para as palavras-chave listadas acima. Os registros foram separados nas seguintes categorias: “jornalismo”,

“cinema”, “TV – entretenimento”, “redes sociais”, “comunicação e cultura”, “publicidade”, “comunicação organizacional”, “internet”, “impresso – entretenimento”, “arte”, “comunicação e política”, “educação”, “comunicação e comportamento”, “quadrinhos”, “pesquisa bibliográfica” e “ativismo e oralidade”.

Na leitura e análise dos materiais de 2013 a 2018 foi realizada uma abordagem exploratória, utilizando-se os resumos e dados primários, como os próprios títulos e palavras-chave. Nos casos de 1997 a 2012, por conta da baixa qualificação de dados ou insuficiência de informações, os títulos e a própria vinculação aos termos usados na busca serão a referência.

De modo geral, os verbetes predominantes na pesquisa documental realizada são “gay”, com 56 resultados na busca no portal da CAPES, “queer”, com 43 aparições, “LGBT” (e suas variações, como LGBTQ, LGBTI+, LGBTT), com 39 ocorrências e “homossexual”, com 31 eventos. Tal contexto mostra uma prevalência, por um lado, de denominações associadas ao masculino, caracterizados nas palavras “gay” e “homossexual” e, por outro lado, o aumento exponencial da produção de trabalhos que elevam o conjunto dos sujeitos formadores de sexualidades disruptivas, marcadas em “LGBT” e “queer”. Enquanto isso, lésbicas (09), transexuais (07), bissexuais (02), travestis (02) e intersexuais (00) são objetos, que, quando pesquisados isoladamente, encontram-se secundarizados.

A predominância do gênero masculino evidencia a feição observada por Silva (2010) no jornalismo, que também parece marcar a pesquisa em comunicação, que é a representação da herenormatividade como “padrão social de desigualdade” que orienta os textos.

Por outro lado, como destaca Gonçalves (2018), uma vertente *queer*, ainda que acanhada, nasce na arena da Comunicação a partir de 2006, com mais força nas produções atuais, publicadas no intervalo de 2015 a 2018, com 33 episódios neste período, ou seja, 77% das aparições. “Há uma onda de pesquisadores e pesquisadoras em formação que são responsáveis por incorporar os Estudos *Queer* à comunicação e aos Estudos em Jornalismo” (GONÇALVES, 2018, p. 180).

Por sua vez, quando selecionados por área de análise, concluímos que há uma predominância do jornalismo e do cinema como elementos de pesquisa das investigações científicas encontradas. São 25 exames do jornalismo, 21 do cinema, 18 do entretenimento em TV, 16 focam redes sociais, 11 exploram comunicação e cultura,

cinco a publicidade e outros cinco a comunicação organizacional. Os demais, juntos, somam 21, com ocorrências únicas ou de até quatro pesquisas.

Ainda no plano geral, ao realizarmos a análise dos objetivos dos trabalhos levantados, observa-se como abordagem predominante o estudo das representações LGBTQI+ no jornalismo, no cinema, na publicidade, nas redes sociais e TV, por exemplo. 76 das 122 obras encontradas, ou seja, 62,3%, preocupam-se com o enquadramento dado pelos meios de comunicação a pelo menos uma das identidades previstas na sigla ou aborda todo o universo da diversidade sexual.

Quando observada a localização das instituições de ensino dos pesquisadores, percebemos uma concentração na região Sudeste, onde localizam-se 69 trabalhos, ou seja, 56,5% dos 122. Em seguida, está o Nordeste, com 21 produções; o Sul, com 18; e o Centro-Oeste com 12. Não há registro de pesquisas no Norte do país e dois dos estudos não puderam ser classificados em suas localizações, pois a instituição a que são vinculados tratava-se de uma rede de ensino nacional e o material não estava acompanhado de sua geografia exata.

Observando-se por Estado da Federação, predominam os trabalhos de São Paulo, com 34 produções, logo depois vem o Rio de Janeiro, com 19, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ambos com 14 pesquisas, e o Distrito Federal e Pernambuco, juntos com sete materiais.

3.1. O período 1997 – 2012

Como antecipado, no período de 1997 a 2012, foram defendidas 38 Teses e Dissertações no campo da Comunicação, sendo sete trabalhos de Doutorado e 31 de mestrado.

Na época em questão, 25 trabalhos abordam diretamente o objeto deste levantamento – a temática LGBTQI+. Na divisão abordagem tangencial, ou seja, de forma indireta, onde o assunto integra a produção, sem ser a sua principal referência, foram identificados 13 trabalhos.

No exame do material prescrito neste espaço de tempo, são mais marcantes os estudos sobre jornalismo, com sete registros, entretenimento em TV, também com sete notações, e cinema, com cinco aparições.

Já quando verificados os objetivos das Dissertações e Teses presentes, observamos que prevalecem análises da chamada “representação LGBTQI+” nos

estudos em comunicação. Em 24 dos 38 títulos presentes é conjecturado esse aspecto. Dentro destas duas dúzias, pelo menos 16 pesquisas são marcadas pelo conjunto do acrograma, quatro tratam especificamente do universo gay, três de lésbicas e apenas uma foca o debate da identidade de gênero. Para além desta referência, em três dos cabeçalhos estaria evidenciado o “estudo de identidades e minorias” e em outros dois, por fim, desenha-se uma avaliação da estética de produtos comunicacionais. Importante reforçar, entretanto, que nossa verificação se deu somente pela interpretação possibilitada pelos títulos das obras.

3.1.1. Os estudos em Jornalismo no período 1997 – 2012

Quando observados especificamente os estudos sobre jornalismo inscritos no período deste mapeamento, encontram-se algumas características principais.

No total, são sete trabalhos, sendo quatro de Mestrado e três de Doutorado. Pelo menos cinco das produções científicas abordam diretamente o tema desta pesquisa e outras duas tangenciam-no.

Encontra-se neste conjunto uma tendência de privilegiar o estudo do jornalismo impresso, o que foi constatado em quatro das Teses e Dissertações encontradas. Por sua vez, o telejornalismo é tema de um dos exames.

Cinco das produções direcionam a análise para a representação da homossexualidade genericamente. E, nas duas últimas, uma estuda o aspecto do erótico e outra demonstra a prevalência da masculinidade na produção jornalística.

3.2. O período 2013 – 2018

De 2013 a 2018, há 74 Dissertações e 10 Teses de Programas de Pós-Graduação em Comunicação brasileiros encontrados no portal da CAPES que abordam o tema deste estudo. Destes 85 trabalhos, 70 tratam diretamente das questões LGBTQI+ e 15 tangenciam o assunto.

Neste espaço, o jornalismo é o universo mais analisado quando se trata da interface dos estudos em comunicação e a temática “diversidade sexual”. Foram 18 registros, sendo seguidos, muito de perto, pelos que focam o cinema, com 17 aparições. Na sequência, estão as análises de redes sociais, com 13 produções, entretenimento televisivo, com 11, comunicação e cultura, com nove, e publicidade e comunicação organizacional, ambas com quatro aparições.

Como no recorte temporal anterior, aferimos neste se as orientações sexuais e identidades de gênero protagonizam os objetos de pesquisa ou são abordagens secundárias. A conclusão é que 71 produções estabelecem esta priorização e outras 13 tangenciam o objeto deste levantamento bibliográfico.

Escrutinando o tipo de estudo, observamos a tendência dos pesquisadores de conduzirem seus artifícios para a análise das representações da população LGBTQI+ na comunicação, vertente dominante em 52 das 84 produções.

Esmiuçando o que chamamos genericamente acima de estudo da representação LGBTQI+, descobre-se que a citada sigla é referência direta no objeto de 22 produções. Logo depois estão as investigações focadas nas pessoas trans, com 12 aparições, sendo que pelo menos três destas análises destacam as travestis, grupo social que, conforme Reis (2018), constituem uma das multidões político-identitárias com maior marginalização. A masculinidade homossexual, ou seja, o gay, ainda é um dos protagonistas das explorações do campo, com oito aparições neste período. Na sequência, a representação *Queer* é o tema de seis produtos, aparecendo ainda identidade de gênero e lésbicas com dois registros cada.

Outra vertente de destaque nos objetivos das pesquisas é o que chamaremos de “ação midiática LGBTQI+”, ou seja, quando estes sujeitos se comunicam e produzem eles mesmos a sua representação, seja através da difusão das identidades, usando as mídias como forma de simples expressão ou mesmo atuando em diversos tipos de ativismo. Tal característica é destaque em pelo menos 11 Teses e Dissertações. Há ainda um trabalho que analisa o movimento contrário à busca por visibilidade das identidades e expressões não normativas, que são aqui chamados de estudos sobre a “ação midiática anti-LGBTQI+”. Por sinal, o presente produto, de autoria de Ana Paula Bezerra Leitão (2017), traz como título “Valores-notícia e enquadramentos de ação coletiva no maior portal evangélico do Brasil: o caso Eduardo Cunha no Gospel Mais”, e observa o desenvolvimento de discursos conservadores nas mídias digitais, que negariam o avanço das pautas relacionadas à cidadania das multidões *queer*.

As demais propostas de pesquisa aparecem de forma difusa, com registros de pelo menos um estudo para questões como o “acontecimento Gay”, forma de destacar grandes iniciativas deste grupo social que tiveram cobertura da mídia; preocupações com a comunicação política dos sujeitos não normativos nos meios digitais; abordagens que observam a heteronormatividade ou a promoção da diversidade no ensino em

jornalismo, na estética de produtos, na estética do cinema, no sexo virtual e nas performances artísticas.

Aparecem ainda pesquisas sobre a midiaticização do discurso neopentecostal e os seus impactos na comunidade lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, intersexual e *queer*, assim como produções que avaliam a imposição do gênero masculino na lógica comunicacional, especialmente no jornalismo, que impacta na produção de estereótipos e na manutenção dos valores tradicionais de conduta e de formação familiar.

As discussões sobre representação de classe, visibilidade da pós-pornografia latino-americana, da frivolidade como uma categoria contemporânea, da socialização LGBTQI+ e os estudos generalistas das identidades e das minorias são outros temas encontrados, com pelo menos uma aparição nestas pesquisas.

Para dar conta das representações, da ação midiática, da estetização, das performances e do consumo LGBTQI+, os estudos em comunicação contemplados nesta investigação fizeram uso de aportes teóricos muito comuns às pesquisas do campo, mas também recorreram a uma forte interdisciplinaridade.

As maiores recorrências são da Teoria *Queer*, que aparece como recurso metodológico em 31 das produções. Metodologias como a Análise do Discurso, com 14 aparições, e Análise de Conteúdo, com sete citações, são outros recursos valorizados. No caso da Análise do Discurso, alguns dos resumos referenciam o uso do método de acordo com o pensamento “foucaultiano”, francês ou de Mikhail Bakhtin. Já em Análise de Conteúdo, faz-se referência ao uso da técnica aplicada ao jornalismo.

Por sua vez, o filósofo francês Michel Foucault (1926 – 1984), com 13 referências, é figura recorrente nas descrições metodológicas, com destaque para o uso do teórico a partir de suas contribuições sobre os saberes, a normatização dos padrões de conduta, o controle do corpo e da sexualidade, os dispositivos de poder e as chamadas heterotopias, que são os espaços “absolutamente diferentes”, ou seja, “lugares que se opõem a todos os outros” referenciados pela nossa lógica contemporânea (FOUCAULT, 2013).

É por meio da interdisciplinaridade, trazendo teóricos do campo da educação, como a pesquisadora Guacira Lopes Louro, que os Estudos de Gênero, com 12 referências nos resumos estudados, aparecem também como corrente de pesquisa de destaque. Outros nomes da pesquisa deste campo com os quais os trabalhos dialogam

são Berenice Bento, Monique Wittg e Teresa de Lauretis, pesquisadoras do campo *queer*.

Outras referências constantes são as contribuições de Judith Butler, evidenciada em 12 trabalhos, a “Etnografia”, constante em 10 pesquisas, os “Estudos Culturais”, presentes em seis, a “Análise Fílmica”, citada em pelo menos quatro referências, e a “Análise de Enquadramentos”, recurso contíguo em duas obras.

Ganham relevância ainda técnicas como as entrevistas e questionários semiestruturados, análise bibliográfica, estudo de caso, antropologia interpretativa, estudo de recepção qualitativo, autoetnografia, análise pragmática, análise documental, observação participante e pesquisa exploratória interpretativa.

Neste extrato, que vai dos anos de 2013 a 2018, encontramos a recorrência da concentração das produções (65%) no Sudeste do país, acompanhado de longe pelo Nordeste (14%), como podemos observar na tabela abaixo (TAB 1):

TABELA 1
Pesquisas por Região do Brasil

Região	Total
Sudeste	55
Nordeste	12
Sul	10
Centro-Oeste	5
Indeterminado	2
Norte	0
Total de Trabalhos	84

Fonte: Autor do Texto

3.2.1. Os estudos em Jornalismo no período 2013 – 2018

Trazendo especificamente as produções identificadas nos estudos do jornalismo no presente período, encontram-se 18 trabalhos com esse recorte, sendo 15 de Mestrado e três de Doutorado.

Destaca-se também que 15 das criações científicas abordam diretamente a questão LGBTQI+ e três tangenciam.

Lançando o olhar sobre o tipo de mídia estudado, o impresso foi o mais recorrente nas obras, com nove alusões, seguido do digital, com cinco análises, mostrando o crescimento das pesquisas sobre a produção jornalística nos meios digitais. Encontram-se ainda, com pelo menos uma pesquisa cada, observações voltadas para o periodismo

televisivo e para o ensino de jornalismo. Duas outras iniciativas focam intervenções analíticas gerais sobre o jornalismo e as pessoas LGBTQI+.

Categorizando os objetivos da pesquisa, encontra-se a continuidade da prevalência, dentro deste recorte, dos estudos sobre a “representação LGBTQI+”, que são o objeto de 14 textos. Dentro deste universo, oito destacam todas as identidades da sigla na análise, três focam as trans, e as três últimas pesquisas focalizam, cada uma, respectivamente, questões *queer*, gays e a identidade de gênero, conforme as descrições criadas pelos autores. A categoria “ação midiática LGBTQI+” é a proposta de um dos trabalhos, assim como o que se resumiu neste mapeamento como “ação midiática anti-LGBTQI+” é o foco de outro. Registra-se por fim uma pesquisa abordando a proposta de quebra da heteronormatividade no ensino em jornalismo.

A variedade de métodos e metodológicas encontradas, como foi destacado anteriormente, segue uma realidade dos objetos da comunicação, como observaram Mattos e Oliveira (2018). Eles destacam que “a agenda da pesquisa em comunicação foi marcada pela inclusão de novos objetos e enfoques e coincide com o crescimento exponencial dos programas de pós-graduação em Comunicação” (p. 4).

No caso das análises jornalísticas com foco no sistema corpo-sexo-desejo, prevalecem estudos que usam os conceitos e técnicas da análise de discurso, com cinco menções, a etnografia, com três referências, a análise de enquadramento, com duas, e a análise de conteúdo, com duas também.

Já a Teoria *Queer* é repetidamente lembrada como estratégia principal para a definição do olhar do pesquisador para o objeto, com oito menções diretas neste conjunto de trabalhos focados no recorte do jornalismo.

Além disso, há referências à antropologia interpretativa, à análise cultural da narrativa, à análise de critérios de noticiabilidade, às entrevistas semiestruturadas, à observação participante e à análise documental.

Teóricos como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Stuart Hall e Michel Foucault voltam a ser destacados, assim como propostas calcadas nos estudos decoloniais⁶.

⁶ Boaventura Santos (2009) fala, a partir de uma crítica do pensamento científico eurocentrado, na construção de um conjunto de intervenções epistemológicas de resistência e de saberes anti-opressão, que realizam um diálogo horizontal entre conhecimentos.

Por fim, outra característica dos estudos em jornalismo foi a recorrência de autores e conceitos das Teorias do Jornalismo, que constituem suportes para as caracterizações do campo jornalístico e das análises de enquadramento.

4. Considerações Finais

O artigo teve por objetivo construir um panorama das pesquisas em Mestrado e Doutorado disponibilizadas no portal da CAPES que tenham como proposta a análise, em alguma medida, das sexualidades e das identidades de gênero. Descobriram-se, como destacamos ao longo do texto, algumas perspectivas principais nas pesquisas.

A primeira foi o que chamaremos de uma “queerização” dos estudos da comunicação e do jornalismo com os recursos da Teoria *Queer*, que acompanha a transformação das próprias fontes de pesquisa e que dão dimensão da produção de um discurso *queer* identitário, em um processo de diálogo e reconhecimento do “outro”.

A segunda constatação foi a elevação do número de pesquisas quando comparados os dois períodos de análise, sendo 38 trabalhos de 1997 a 2012, e mais que o dobro, 84 produções de 2013 a 2018. Ou seja, em apenas seis anos se produziu mais do que em 16. O que mostra que há uma tendência de desenvolvimento da temática no campo, haja vista também a concentração de pesquisas concluídas em 2017 e 2018, um total de 50 trabalhos.

A terceira descoberta foi a prevalência da análise da representação LGBTQI+, que norteava 52 dos objetivos traçados. A quarta observação é sobre o setor de produção analisado, onde observou-se a concentração de estudos nos círculos jornalístico e cinematográfico, do entretenimento televisivo, das redes sociais e da interface entre comunicação e cultura.

Ainda que nos primeiros trabalhos (1997-2012) perceba-se uma discussão calcada nas representações masculinas da homossexualidade, outro dado relevante é que esta perspectiva perdeu a hegemonia para a noção de identidade LGBTQI+, acompanhando o protagonismo do movimento articulado no debate social, sobretudo nos últimos seis anos do mapeamento, embora haja registros da aparição das variantes homossexual e gay.

Constata-se, portanto, uma pluralização, agora não mais tímida, dos objetos da comunicação, marcados pela diversidade de temáticas e pela consolidação de uma perspectiva ou tradição de abordagem em linhas de pesquisa.

Assim, o crescimento do número de aportes sobre “a diferença e a mídia” (SODRÉ, 1999, p. 232) contribuem tanto para as disciplinas da comunicação, como para os grupos organizados LGBTQI+, ao oferecer um olhar diferenciado para questões que seguem tema de intenso debate social, disputa política e questão de cidadania.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, São Carlos, ano 1, n. 2, p. 46-66, 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CORREIA, João Carlos. **Teoria e Crítica do Discurso Noticioso: Notas sobre Jornalismo e representações sociais**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior – LabCom, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- GONÇALVES, Gean Oliveira. Tendências queer nos estudos brasileiros de jornalismo e gênero. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (org.). **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo, SP: Life Editora, 2018.
- LAZARIN, Lucas Roecker; RODRIGUES, André Iribure. Um levantamento dos estudos das homossexualidades nos Programas de Pós-graduação em Comunicação Social de 1992 a 2008. **Conexão - Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul - v. 13, n. 26, jul/dez. 2014.
- MATTOS, Maria Ângela; OLIVEIRA, Max Emiliano. **Uma mirada no passado para projetar os novos rumos da metapesquisa (2011-2016)**. Texto apresentado ao GT Epistemologia da Comunicação do XXVII Encontro Anual da Compós. Belo Horizonte, MG: Pontifícia Universidade Católica, 2018.
- REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba, PR: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2ª edição, 2018.
- SANTANA, Eder Luis. **LGBT como pauta do jornalismo: visibilidade e limitações**. Salvador: Editora Devires, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2010.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2018.